

O pacto federativo em questão

Celina SOUZA. *Constitutional engineering in Brazil: the politics of federalism and decentralization*. Londres/Nova York, Macmillan/St. Martin's Press, 1997. 211 páginas.

Maria Tereza Sadek

A Constituição de 1988 desenhou uma ordem institucional bastante distinta daquela então vigente. Proclamada como a “Constituição cidadã”, tem sido motivo de comemoração, para alguns, e de acirradas críticas para outros. Ataques e defesas, entretanto, baseiam-se, na maior parte das vezes, mais em suposições do que na realidade. Assim, apesar de a nova Carta já ter completado mais de uma década, ter passado por um período de revisão e de já ter sofrido tantas emendas, ainda é bastante insuficiente o que se sabe quer sobre a sua construção, quer sobre as conseqüências da aplicação dos seus princípios.

Escapando de motivações predominantemente ideológicas, a pesquisa de Celina Souza traz uma importante contribuição para o conhecimento de um dos sustentáculos básicos da democracia brasileira — o arranjo federativo. Certamente o tipo de federalismo adotado não era o único possível e nem mesmo a alternativa preferida por expressivos setores governamentais. Por que, então, foi implantado este modelo de distribuição e relações de poder e quais suas implicações? O compromisso com os valores democráticos implicou mudanças por vezes radicais. Talvez em nenhum outro aspecto se possa dar tanta razão àqueles que julgam que tudo foi colocado do avesso. De fato, o modelo anterior foi inteiramente invertido. A descentralização substituiu a centralização, transformando o país em um dos Estados mais descentralizados do mundo no que se refere à distribuição dos recursos tributários e de poder político.

Constitutional engineering in Brazil: the politics of federalism and decentralization é o mais completo estudo sobre os fundamentos e as conseqüências do modelo de federalismo implantado no

Brasil após a Constituição de 1988. A espinha dorsal da investigação é a busca de respostas para questões complexas como: por que um país com tantos problemas a serem enfrentados nacionalmente escolheu descentralizar recursos financeiros e políticos? quais os resultados deste modelo na alocação de recursos, particularmente no que se refere à educação? A discussão desses problemas é feita a partir de dois procedimentos. O primeiro busca respostas na feitura da própria Constituição. O segundo, complementando o anterior, investiga os resultados da descentralização no nível subnacional, isto é, nos estados e municípios.

Os constituintes, orientados por uma concepção de democracia específica, optaram por uma série de mecanismos de participação popular e societal. Entre uma engenharia institucional consociativa e outra majoritária, preferiram claramente a primeira. Assim, a descentralização revelou-se peça indispensável. Em outras palavras, criou-se um modelo que valoriza a fragmentação e, conseqüentemente, amplia o número de atores políticos e de possíveis contestadores de decisões. Nesta construção, governadores e prefeitos adquirem papel político de primeira grandeza, sem contudo anular ou diminuir o poder de antigas lideranças. Como sustenta Celina Souza, foi construída uma “*paralyzed competitive arena*”, na qual é alta a probabilidade de decisões e atores cancelarem-se mutuamente. Por outro lado, reforçando essa tendência, o texto constitucional retrataria a preocupação muito mais com a participação popular do que com a obtenção de um consenso social sobre o que deve ser conseguido com a descentralização. Desta forma, o fortalecimento dos governos subnacionais impede que o governo federal reúna sozinho as condições para propor e efetivar políticas que objetivem a solução de problemas nacionais. Conseqüentemente, da inevitável tensão entre os interesses nacionais e subnacionais — com a prevalência destes últimos, sem que os nacionais se emudeçam — foi gerado um federalismo de todo singular, designado de “*peripheralized federalism*”.

Quais os impactos deste modelo de federalismo implantado em 1988? O estudo parte do suposto de que a descentralização e a redemocratização

teriam condições de provocar mudanças tanto na operação do sistema político quanto na alocação de recursos. A pesquisa é dirigida para uma área extremamente sensível: a educação. Os dados apresentados referem-se a três estudos de caso: o Estado da Bahia, sua capital, Salvador, e o município de Camaçari. A escolha da Bahia é relevante: trata-se de um estado situado em uma posição intermediária no que diz respeito às variáveis econômicas e sociais e que apresenta apreciável influência política no plano nacional.

Os dados são trabalhados de uma perspectiva que acentua a importância da variável política. Isto é, a norma legal que preceitua a descentralização não é entendida como uniformizadora, garantindo que todos os estados e municípios desfrutem do mesmo poder. Ao contrário, o jogo político desenvolve-se no interior de processos extraconstitucionais que refletem a força relativa dos distintos atores políticos, particularmente os governadores, os prefeitos, e seus controles sobre as bancadas de deputados e cargos no Executivo federal. Assim, o espaço da negociação é decisivo. Nesta arena redefine-se o tradicional “clientelismo” que, de alguma maneira, passa a conviver com padrões provenientes de uma sociedade mais democrática.

A oportunidade de discussão dos temas propostos neste livro nem precisaria de justificativas. Basta o exame do noticiário nos principais meios de comunicação ou, mais precisamente, dos conflitos que têm deteriorado as relações entre as esferas da Federação. De forma reiterada, assiste-se à disputa de prefeitos, governadores, e do presidente e seus ministros por recursos fiscais. Tal batalha tem comprometido o conjunto da política econômica, particularmente depois da explosão fiscal provocada pela política do real forte. *Slogans* clamando por reforma tributária, ajuste fiscal, federalização das dívidas, mais do que propostas de soluções, demonstram o quanto o pacto federativo vigente tem sido colocado em xeque. Neste contexto, torna-se imperioso um estudo sério do atual modelo de relações entre as unidades que compõem a Federação.

Celina Souza, neste livro, ensina que devemos nos livrar das tentações que têm marcado a maior parte da literatura sobre centralização e

descentralização, União e entes federados. Não se trata de procurar vilões ou de identificar os pólos fracos e os fortes. Deve-se, ao contrário, escapar das simplificações que, freqüentemente, implicam distorções. Pouco esclarece, pois, meramente inverter as conclusões dominantes na maior parte da literatura anterior à nova Constituição, que ao se referir ao binômio centralização-descentralização apresentava os estados e municípios como “coitadinhos”. Em *Constitutional engineering in Brazil* aprende-se que nesta relação entre União e unidades federadas, sempre identificada com uma guerra, não há bandido nem mocinho, e que de sua adequada apreensão e posterior equacionamento dependerá a sorte da democracia brasileira.

**MARIA TEREZA SADEK é professora do
Departamento de Ciência Política
da USP e pesquisadora do
Instituto de Estudos Econômicos,
Sociais e Políticos de
São Paulo (Idesp).**

Mestres e discípulos

José de Souza MARTINS. *Florestan: Sociologia e consciência social no Brasil*. São Paulo, Editora da Universidade de São Paulo/FAPESP, 1998. 235 páginas.

Lucia Lippi Oliveira

Somos governados pelos mortos, como diziam os positivistas, ou somos o país do futuro? Oscilamos entre um passado *a posteriori* considerado como a “idade de ouro” e um futuro onde nossos sonhos se realizarão? Cada geração parece refundar sua temporalidade e nesse processo precisa demarcar suas diferenças com as perspectivas da geração anterior. Foi assim com os cientificistas e naturalistas que romperam com o romantismo do século XIX; com os modernistas que criticaram os parnasianos e regionalistas do início do século; com os cientistas sociais que recusaram o conhecimento da sociedade brasileira produzido pelos ensaístas. Por que, então, voltar hoje aos anos 50? Porque na década de 50 foram estabelecidas as bases econômicas, políticas e sociais para a modernização do Brasil; foi construída a expectativa de que a aceleração do tempo histórico seria conseguida; foi desenhada a esperança de se alcançar a isonomia entre as culturas, de sermos iguais às nações centrais. Nos anos 50, já foi dito, “ser distinto” significava ser inferior e estar excluído do banquete civilizatório.

Em *Florestan: Sociologia e consciência social no Brasil*, José de Souza Martins trata de aspectos fundamentais da obra sociológica de Florestan Fernandes e de sua influência seminal na constituição do que veio a ser chamado a “escola sociológica de São Paulo”. Em sua primeira parte, o livro reúne meia dúzia de textos escritos pelo autor por ocasião da morte do mestre, cinco deles publicados em diferentes revistas entre 1995 e 1996. Isto produz alguma redundância, mas os textos que Martins oferece ao leitor são sempre um belo exemplo do escrever bem. A segunda parte do livro compõe-se de duas entrevistas realizadas com José de Souza Martins. Embora seja prático e útil

encontrar todo esse material reunido no mesmo lugar, fica-se com a indicação de que se trata de um processo de consagração tanto do mestre quanto do discípulo. Estamos, assim, diante de dois ícones da Sociologia paulista e brasileira: Florestan Fernandes e um de seus alunos, José de Souza Martins.

Fazendo uso da boa Sociologia, devemos examinar os procedimentos de consagração tanto em relação ao mestre Florestan, quanto ao autor do livro. Martins deixa claro que ele está falando da posição de aluno, discípulo e amigo de Florestan, posição que é reafirmada em todas as homenagens, seminários, mesas-redondas acontecidos por ocasião da morte de Florestan, como a que teve lugar no Encontro Anual da Anpocs de 1995, publicada na *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, n. 30, da qual fizeram parte Gilberto Velho, Antonio Candido, Roque de Barros Laraia, Maria Arminda do Nascimento Arruda, Otávio Ianni, além do próprio José de Souza Martins. A contribuição de Florestan Fernandes ao campo intelectual brasileiro das ciências sociais, é preciso ressaltar, vem merecendo reconhecimento e sendo destacada por inúmeras publicações, valendo citar o livro organizado por Maria Ângela d’Incao, intitulado *O saber militante. Ensaios sobre Florestan Fernandes*, publicado em 1987.

Assim, José de Souza Martins pretende reafirmar sua posição privilegiada, falar da condição de filho dileto e mais novo (os outros filhos mais velhos são Fernando Henrique Cardoso e Otávio Ianni; Antonio Candido é quase irmão), e nesta condição aborda algumas questões interessantes e importantes.

Martins menciona em vários artigos do livro o documento “Economia e sociedade no Brasil: análise sociológica do subdesenvolvimento”, datado de 1962 e publicado no ano seguinte como capítulo de *A sociologia numa era de revolução social*. Ali está a matriz do projeto intelectual de constituição de uma Sociologia brasileira segundo Florestan e o grupo que se reunia à sua volta. Ali encontra-se a definição dos temas sociológicos relevantes, desenvolvidos por vários de seus alunos e discípulos: o empresariado industrial, o Estado e o desenvolvimento e a mobilização da

força de trabalho. A referência a este texto visa fundamentar sua interpretação sobre Florestan. Martins pretende demonstrar que Florestan foi acadêmico e também militante. Foi o fundador da Sociologia entendida como consciência científica da sociedade e viveu mesmo uma certa tensão entre o compromisso político, como socialista, e a competência acadêmica. Vários textos têm destacado a “ética da responsabilidade científica” em Florestan Fernandes, entendida como a necessidade de extrair conseqüências práticas das pesquisas sociológicas. Em *A sociologia numa era de revolução social* ele expõe com clareza a necessidade de combinação dos papéis de cientista e de cidadão, de superar a posição de *scholar* vivenciada por ele próprio ao produzir obras anteriores como *A função social da guerra na sociedade Tupinambá*.

O compromisso com a compreensão sociológica das transformações em curso no capitalismo, entretanto, não se deveria contrapor ao pensamento racional, ao conhecimento científico. A modernização requereria recursos racionais de pensamento e ação para enfrentar os obstáculos de natureza cultural existentes na sociedade brasileira. O irracional continuava a ter grande importância, constituindo uma “herança popular que se manifesta nas ‘crenças religiosas ou mágico-religiosas’”, como Florestan escreve em *A Etnologia e a Sociologia no Brasil* (1958). Daí a importância do estudo dos entraves à modernização e, nesse caso, uma das principais referências são os trabalhos de Emilio Willems sobre a assimilação e a transformação cultural em comunidades de imigrantes e populações caboclas no país.

Sabemos que a perspectiva científica adotada por Florestan, baseada no tripé pesquisa empírica, objetividade e neutralidade, definiu o que devia ser considerado trabalho acadêmico. Sobredeterminando isto há um modelo de como a sociedade é ou deve ser — uma totalidade — que confere sentido a múltiplos aspectos, esferas, ângulos da vida em sociedade. A Sociologia dos anos 50 era guiada por essas dimensões teórico-metodológicas, como se pode observar também na Sociologia de outros acadêmicos da época, como Costa Pinto, objeto do livro *Idéias de modernidade e Sociologia*

no Brasil, organizado por Marcos Chor Maio e Gláucia Villas Bôas (UFRGS, 1999).

José de Souza Martins pretende também responder à acusação de ecletismo levantada contra Florestan a partir do livro *Fundamentos empíricos da explicação sociológica* (Fernandes, 1967). Durkheim, Weber e Marx são tratados por Florestan como grandes mestres, capazes de oferecer teorias válidas dependendo da questão a ser analisada. Para Martins, Florestan absorve o marxismo mas em sua construção sociológica faz uso original, aberto, pessoal de Marx, não se deixando absorver pelo marxismo vulgar. A dúvida sobre a legítima possibilidade de juntar autores de linhas teóricas distintas, a denúncia do “hibridismo comprometedor” que se manifestou principalmente nos anos 70 parecem continuar a assolar as análises realizadas sobre o mestre Florestan.

Ao ler esse capítulo da história das ciências sociais no Brasil não se pode deixar de apontar certa “inocência política” não só de Florestan mas de toda a sua geração. Foram atropelados por 1968. Supunham estar protegidos dentro dos muros da academia, já que estavam fazendo ciência e não se envolviam diretamente na luta política, como era o caso de seus pares do ISEB, perseguidos desde 1964. Deram pouca atenção ao mundo da política como objeto de investigação. Somente depois de 1964, e principalmente depois de 1968, o campo da política ganha autonomia como objeto de estudo. Mas esta é uma outra história. A compreensão da vida política brasileira não foi mesmo o forte da “escola sociológica paulista”.

A força da matriz sociológica montada por Florestan é tão marcante que José de Souza Martins apresenta no livro aqui resenhado observações como a que se segue: “No período imediatamente anterior à ditadura, havia no grupo de Florestan Fernandes uma clara preocupação com um projeto nacional de desenvolvimento. Mas, *essa preocupação não tinha coloração ideológica*. Ela decorria das possibilidades de transformação social que o próprio conhecimento científico abria.” (p. 163; grifos meus).

Florestan reconhece que as concepções de mundo agem sobre o horizonte intelectual do pesquisador, influenciam a escolha do objeto de

investigação e se fazem presentes na utilização dos resultados. Entretanto, acreditava que nada disto deveria afetar o compromisso com o conhecimento científico; a pesquisa empírico-indutiva deveria ser resguardada de objetivos externos e garantida por padrões científicos de caráter universal. Pode-se considerar que Florestan, ao final de sua vida, nos anos 80 e 90, já não aderiria incondicionalmente a esses pressupostos. Vale lembrar que o subtítulo de seu famoso livro *A revolução burguesa no Brasil* (1975) é *Ensaio de interpretação sociológica*. Chamar o seu próprio texto de “ensaio”, creio, aponta para transformações em sua percepção da Sociologia.

Os textos sobre Florestan Fernandes destacam a coerência da obra e da vida do mestre. É reconhecido um corte entre a perspectiva “antropológica” de seus primeiros livros e as obras propriamente sociológicas que se seguem. Na maioria deles, entretanto, o tom é de tal forma encomiástico que fica difícil fazer uma análise crítica de seus pressupostos, implicações, limites e alcances. É certo que agora, na virada do século XX, não estamos precisando mais “matar os pais” e sim recuperar os caminhos já trilhados, resgatar a herança intelectual daqueles que já lutaram para transformar o Brasil em uma nação moderna. Mas, é necessário ter uma compreensão histórica da geração fundadora das ciências sociais e da definição que construíram sobre o Brasil. Mesmo hoje torna-se difícil fazer alguma ressalva aos “pais fundadores”. Em quase nenhum dos artigos e livros aparece menção ao fato de os textos de Florestan Fernandes serem de leitura difícil. Nunca se pode ler Florestan Fernandes, apenas estudá-lo. Na legenda de uma das fotos do livro de José de Souza Martins — do certificado de registro provisório de professor secundário de Matemática, Física, Química e História Natural de Florestan Fernandes (p. 65) — há um dado extremamente esclarecedor: “Florestan queria ser engenheiro, conforme disse numa conferência na Faculdade de Filosofia da USP”. A Sociologia de Florestan parece mesmo uma construção, muito bem feita, e nada melhor que uma vocação de engenheiro para realizá-la.

Florestan Fernandes tem um texto duro, áspero, de difícil assimilação. Pode-se interpretar

isto de vários modos. Pelo lado mais fácil e elitista, pode-se dizer que ele teve pouco treinamento no campo das letras. Sua formação básica foi realizada em curso de madureza, o que certamente o distancia muito de seus colegas da Faculdade de Filosofia e mesmo de seus alunos, como é o caso de Antonio Candido. Por outro lado, creio, Florestan Fernandes desejou escrever assim. Ao separar a Sociologia da Literatura a separou também da narrativa que buscasse clareza, simplicidade. “Ciência” não deve ser de leitura fácil. Seu compromisso com o fazer ciência, com tornar a Sociologia uma disciplina científica, implicava fugir do senso comum, romper com os preconceitos, na melhor tradição durkheimiana. Florestan realizou no Brasil um trabalho equivalente ao que Durkheim fez na Sociologia francesa, mas talvez seu “equivalente funcional” na Sociologia norte-americana seja Talcott Parsons, igualmente difícil de ser digerido.

As duas entrevistas publicadas no livro oferecem ao leitor uma panorâmica não só da trajetória e formação de José de Souza Martins, mas também das linhagens que se desdobram da escola sociológica paulista. A primeira entrevista aborda *Os parceiros do Rio Bonito* e a Sociologia na Universidade de São Paulo. Aqui Martins destaca, “além da beleza literária do texto” de Antonio Candido, o fato de o trabalho constituir “uma das primeiras análises sociológicas do caipira e de seu mundo”. Constrói um elo entre este trabalho e seu livro *Fronteira*: “Nos anos 50, a problemática da transição cultural, de inspiração antropológica, dominava as interpretações sobre o campesinato e dominava com razão. Havia bloqueios às mudanças sociais, lentidões no processo social que chocavam com o desenvolvimento [...]” (p. 117). Para o autor, com *Os parceiros do Rio Bonito* Antonio Candido dá “uma contribuição inestimável à compreensão do modo como as contradições sociais se propõem na sociedade brasileira” (ibidem). E, continua adiante: nessa obra “se combina o rigor sociológico com o diálogo com as disciplinas afins: a História, a Antropologia, a Geografia. A escola sociológica de São Paulo começou a desaparecer quando esse diálogo perdeu importância” (p. 123). Assim, além do mestre Florestan, José de Souza Martins também

se coloca como descendente direto de Antonio Candido.

A segunda entrevista, publicada anteriormente na revista *Estudos Avançados*, n. 31, de 1997, apresenta uma visão bastante abrangente do mundo intelectual do grupo chamado “escola sociológica paulista” e de seu legado. Importa notar que esta entrevista foi concedida a Alfredo Bosi, então editor da revista e autor do prefácio ao livro *Ideologia da cultura brasileira*, de Carlos Guilherme Mota. Nesse prefácio datado de 1977 Bosi afirma que a inteligência uspiana “filha de 32 e de 34 [...] combateu o Estado Novo”, guarda “distância em relação ao trabalhismo dos anos 50 e tende a identificar todo e qualquer nacionalismo com a ditadura de direita” (p. V). As bandeiras da inteligência uspiana eram, então, o aperfeiçoamento do ensino superior e a defesa da escola pública. Assim, dizia ele, “enquanto o nacionalismo teórico vazava-se nos textos do ISEB e nas revistas de tendência esquerdista, à Universidade (bloqueada a simpatia por qualquer projeto nacional-popular) restava a reafirmação dos princípios liberais que tinham como referência central a Escola”. E continua: “A Universidade fez ciências sociais nos moldes franceses e americanos, correndo, às vezes conscientemente, o risco de ser positivista e funcionalista, logo, ‘cientificamente’ neutra; e de alhear-se, durante largos anos, ao processo de ‘conscientização’ que se promovia em outras áreas menos acadêmicas da inteligência brasileira, das quais saiu, certamente, o mais belo projeto de cultura popular que se conhece na história da América: o método de alfabetização de Paulo Freire. Aquele afastamento de qualquer prática popular foi o tributo pago por uma universidade asséptica, laboriosa e penetrada até o âmago dos ideais de rigor acadêmico.” (p. VI).

As perguntas e respostas dessa entrevista supõem um diálogo com a interpretação de Bosi presente no prefácio ao livro de Carlos Guilherme Mota. Martins procura mostrar que, na verdade, não havia separação entre o rigor acadêmico e o compromisso do militante em Florestan, que ele se ocupava da elaboração de uma Sociologia brasileira e que sua produção estava comprometida com o país. A famosa cadeira de Sociologia I e seus

mestres, o chamado seminário d’*O capital*, são mencionados e analisados a partir do relato pessoal e instigante de José de Souza Martins.

A versão de Martins sobre o mestre é certamente esclarecedora, bem-vinda e bem escrita. Faz uma ponte entre o passado e o presente e abre sendas para que se veja a relação entre a sociologia da modernização e os estudos sobre o mundo rural, regional, que agora parecem retornar à ordem do dia. Os sociólogos ganharam um presente que os ajudará a compreender a herança da disciplina e com ela tentar responder ao desafio de produzir categorias capazes de analisar a nova transição que vivemos. Os professores de Sociologia recebem um texto que os ajudará a mostrar às novas gerações os anos heróicos de fundação das ciências sociais no Brasil.

LUCIA LIPPI OLIVEIRA é socióloga e pesquisadora do Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil (Cpdoc) da Fundação Getúlio Vargas (FGV).

A responsabilidade cívica dos intelectuais

Élide Rugai BASTOS e Walquíria D. Leão REGO (orgs.). *Intelectuais e política — a moralidade do compromisso*. São Paulo, Olho d'Água, 1999. 216 páginas.

Célia Galvão Quirino

Belo trabalho, o realizado pelas autoras. As duas professoras da Unicamp souberam reunir nesta coletânea textos polêmicos de alguns intelectuais que defenderam claramente a necessidade da existência de um compromisso moral do intelectual com o mundo contemporâneo, com sua sociedade, com a própria humanidade. Já no subtítulo da obra encontra-se expressa “a crença de que é intrínseco à condição intelectual o vínculo entre a atividade de pensar e o empenho moral do analista na elevação da condição humana”. A “missão do sábio de Fichte”, a “traição de Benda”, o *impegn morale* de Vittorini, o *engagement* de Sartre são exemplos claros daquilo que é expresso como o “dilema principal da atividade intelectual — distância crítica e envolvimento com a sociedade em que se vive”.

Endossando algumas das posições assumidas nos textos selecionados, as organizadoras de *Intelectuais e política* estão sobretudo preocupadas com a “crescente perda de senso crítico dos intelectuais”, o que conduziria “grande parte deles a enredar-se nas ‘ilusões e mitos de seu tempo’, nos modismos, no ‘fetiche do êxito’, no descompromisso com o valor das idéias”. Ao que parece, o que mais temem é que haja, por parte dos intelectuais, “transigência dos princípios éticos”. A proposta das organizadoras envolve ainda a complexa e sempre válida problemática da “aspiração de autonomia do intelectual face aos poderes constituídos”.

A escolha do tema e a seleção dos textos realizou-se a partir de pesquisas, seminários e discussões que Élide Rugai Bastos e Walquíria Leão Rego realizaram em Urbino, na Itália, tendo como principal interlocutor Domenico Losurdo. É

natural, portanto, que os autores italianos apareçam de forma predominante no livro, o que é bom, dado o pouco contato que temos com a bibliografia italiana mais recente, sobretudo nas ciências humanas. Curiosamente, aliás, todos os autores italianos escolhidos, com exceção apenas de Vittorini, estão vivos e continuam produzindo. Propositadamente, parece-me, as organizadoras da coletânea tiveram o cuidado de não arregimentar somente pensadores cujas posições políticas pudessem ser consideradas, tanto no pensar como no agir, como pertencentes à mesma linha política, ou a linhas semelhantes. Talvez estivessem mais empenhadas em apresentar autores cujo engajamento político não tivesse sido explicitado apenas por meio de manifestações teóricas abstratas, e cujas obras tivessem sido — algumas ainda o são — uma clara manifestação crítica das crises e das tragédias do momento histórico em que viveram. Apesar de os textos corresponderem, quase sempre, a situações históricas diversas e a diferentes momentos críticos, todos abordam uma problemática moderna e todos enriquecem o debate sobre a atuação e o papel do intelectual no mundo contemporâneo. Sem dúvida, sente-se a falta de muitos outros autores e de outros textos que poderiam ser sugeridos, mas é óbvio que a organização de uma coletânea por si só já impõe limites, haja vista a profusão de obras disponíveis e a exiguidade de espaço.

A apresentação dos autores e dos seus textos configurados nos seus respectivos momentos históricos — muito bem feita, aliás — permitiu uma definição das autoras no que diz respeito às suas próprias escolhas. Sobretudo em relação aos italianos, não só pela sua contemporaneidade, mas talvez porque a própria Itália tenha sido sempre um palco de lutas políticas envolvendo grupos de poder bem estruturados, onde Igreja, partidos políticos bem definidos e intelectuais encontram-se verdadeiramente engajados nos projetos e crises nacionais e internacionais.

Dos escolhidos, talvez o mais polêmico seja o texto de Sartre, sua apresentação ao primeiro número da revista *Les Temps Modernes*, em que faz uma grande provocação a todos os intelectuais de seu tempo afirmando: “Todos os escritores de

origem burguesa conheceram a tentação da irresponsabilidade”. Combate os teóricos da “arte pela arte”, aqueles que dizem “que a ciência não tem preocupação com o que é útil”, a visão que defende a “imparcialidade estéril do cientista”, convencido que está de que não se pode “tirar o corpo fora da jogada”. Embora a revista de Sartre e a de Vittorini, *Il Politecnico*, tenham sido lançadas no mesmo momento, outubro de 1945, Vittorini defende outro tipo de engajamento do intelectual. O seu grito de alerta inicial é quase patético: “Não queremos mais uma cultura que console no sofrimento, mas uma cultura que proteja do sofrimento, que o combata e o elimine [...] Uma cultura que impeça os sofrimentos e os esconjure, que ajude a eliminar a exploração e a escravidão e a vencer a necessidade: esta é a cultura na qual é necessário que se transforme toda a velha cultura.” Talvez a importância maior dessa revista tenha sido a preocupação dos editores em “superar a barreira entre o saber humanista e o saber científico”. A questão cultural apontada por Vittorini é bíblica. O intelectual não pode querer se ocupar apenas da alma, “deixando ‘Cesar’ ocupar-se como melhor lhe aprouver do pão e do trabalho”. Ao proporem a necessidade de um novo engajamento, ambos, Sartre e Vittorini, estavam procurando contribuir para a reconstrução de um mundo melhor depois do terror do nazi-fascismo. Visavam não apenas os seus países, mas toda a humanidade.

É verdade que, alguns anos mais tarde, Norberto Bobbio negaria a afirmação feita acima sobre o engajamento político dos italianos, chamando a atenção para esses “anos de estagnação e involução política depois da guerra”. Como se “intelectuais ‘alienados’, ou ‘desenraizados’ da sociedade em que vivem” fossem “uma característica da sociedade italiana”. Em outras palavras, desclassifica esses intelectuais que, ao permanecerem fora dos grandes partidos, “exercem sobre a política ordinária uma influência invisível a olho nu”, uma vez que “a política em um Estado democrático se faz com os partidos”, da mesma forma que “a opinião pública é formada pelos partidos”. A proposta política liberal-socialista do intelectual e homem político Bobbio aparece claramente definida, já nesse momento, como a terceira via.

Em 1997, Salvatore Veca, procurando os caminhos que levam “da lealdade política à lealdade civil”, atualiza a discussão respondendo às seguintes questões: “O que mudou desde então? [...] Em que sentido as circunstâncias nas quais a questão se põe hoje são diferentes daquelas nas quais, há cerca de 50 anos, Norberto Bobbio, autor de *Política e cultura*, a formulava de modo paradigmático. [...] A segunda questão diz respeito ao sentido no qual hoje se pode falar legitimamente de desejabilidade ou de obrigatoriedade do empenho do filósofo, entendido como empenho ‘político’. [...] A terceira questão é se o empenho político de quem faz filosofia, posto que tenha um sentido plausível, pode ou deve distinguir-se da participação no que se costuma chamar ‘política ativa.’”

São questões de nossa época, de nosso momento histórico, que se encontram em todos os textos desta coletânea. Ao lê-los, não se pode deixar de pensar no Brasil de hoje. Já a apresentação das organizadoras nos deixa com uma indagação angustiante: o que nossa *intelligentsia* está pensando, propondo, fazendo ou tentando realizar pela sociedade como um todo? Sabemos, como afirma Fichte, da impossibilidade de o “intelectual abarcar a totalidade do conhecimento humano”. Por isso mesmo, a resolução dos problemas nacionais, dadas as condições atuais, faz pensar que, num sistema democrático de governo, talvez não se devesse descartar a proposta mannheimiana de democracia planificada (como outras também apresentadas logo após a Segunda Guerra Mundial), embora, igualmente como a de Ortega y Gasset, pareça um tanto elitista. Seria a nossa *intelligentsia*, nos termos definidos por Mannheim, capaz de, se organizada, realizar a “síntese de perspectivas” e sugerir novos e necessários caminhos para fazer a coisa certa?

CÉLIA GALVÃO QUIRINO
é professora do Departamento
de Ciência Política da
Universidade de São Paulo.

Tragédia platina

Emilio DELLASOPPA. *Ao inimigo nem justiça. Violência política na Argentina, 1943-1983*. São Paulo, Departamento de Ciência Política da USP/Hucitec, 1998. 393 páginas.

João Roberto Martins Filho

Há países cuja história parece feita para confirmar um grande paradigma de análise da política. Assim como a França do século XIX ilustrou a idéia de Marx sobre os conflitos políticos como expressão da luta de classes, a Argentina de 1943-1983 encaixa-se como uma luva na visão de Carl Schmitt da vida política como intrinsecamente desordenada e ameaçadora, em que as categorias de “amigo/inimigo” são o princípio organizador.

Com efeito, naquelas quatro décadas, a história política do país platino foi marcada pelo recurso à violência organizada numa escala surpreendente, nos quadros de um conflito entre peronistas e antiperonistas que se revelou o marco inescapável de toda e qualquer ação política. Por isso mesmo o autor afirma, já no prefácio, que sua geração, “como toda a Argentina”, foi obrigada a “escolher apenas uma das duas histórias possíveis” (p. 20).¹

São, nesse sentido, paradigmáticos acontecimentos como o bombardeio da sede do governo de Perón por aviões da Marinha, no golpe frustrado de 16 de junho de 1955, seguido pela vingança popular que resultou no ataque e incêndio da Cúria Metropolitana e de mais de uma dúzia de igrejas, inclusive a Catedral de Buenos Aires. As estatísticas mais moderadas falam em 355 mortos e mais de 600 feridos em virtude das bombas que atingiram não apenas a Casa Rosada

como inúmeras praças, ruas e avenidas dos arredores.

Outro indicio do caráter particular que assumiu o conflito político naquele país é o próprio nome das organizações da esquerda armada que surgiram no final dos anos 60. É interessante notar que se no Brasil esses grupos foram batizados de “Ação”, “Vanguarda”, “Movimento”, “Partido”, “Comando” etc., na Argentina a militarização da política aparece diretamente na adoção de assinaturas como “*Forças Armadas Revolucionárias*”, “*Forças Armadas Peronistas*” e “*Exército Revolucionário do Povo*”, numa espécie de processo especular (os montoneros, por exemplo, mesmo depois da derrota, apresentavam-se no exílio em uniforme militar) que alimentou a violência e potencializou o conflito. Nesse quadro, aponta o autor, a violência da esquerda, nos anos 70, deixou de ser “instrumental” e passou a ser “expressiva” — num outro ponto de possível contraste com a luta armada brasileira de 1969-1972.²

São estes, então, o lugar e o tempo históricos analisados, com rara ambição temporal e meticulosidade de pesquisa, no trabalho de Emilio Dellasoppa. O livro abre com extenso capítulo em que se estabelecem os “marcos teóricos” da análise. Aí se percebe o claro esforço do autor em definir uma estrita racionalidade de análise, capaz de garantir não apenas seu distanciamento de uma história por ele parcialmente vivida, mas também o princípio organizador de um processo aparentemente caótico. Veremos mais adiante como essa preocupação acaba por se revelar excessiva.

Na busca de resolução da “problemática da relação entre a *situação*, ou contexto, tal como percebido pelos diferentes atores, e a construção de uma prática social por estes mesmo *atores*” (p. 55; grifos do autor), a opção mais presente na análise de Dellasoppa é pela sociologia das crises políticas de Michel Dobry (1986), de quem ele

1 Nesse sentido, é difícil imaginar para o caso argentino um tipo de análise como a realizada por Paul Preston para a polarizada Espanha da guerra civil. A partir do exame de algumas biografias-chave, Preston defende em *Las tres Españas del 36* (Madri, Plaz Janés, 1999) a idéia da existência de uma posição centrista, derrotada pela história, entre os dois extremos da esquerda e do franquismo.

2 Para Dellasoppa, “os elementos mais importantes para explicar a rápida ascensão e a também rápida queda das organizações armadas na política argentina são: a subordinação da política à ação militarista e a falta de flexibilidade na análise da conjuntura.” (p. 304). Outras anotações corajosas e pertinentes do autor sobre esse tema estão nas páginas 335 e seguintes.

empresta os conceitos principais, embora se refira a vários outros autores.³ Ressalta aí, como idéia fundamental, a de crise política caracterizada por mobilizações multissetoriais em sociedades complexas. O elemento específico do caso argentino seria o estabelecimento de uma crise de legitimidade como conseqüência do padrão de conflito particular ao país, marcado pelo bloqueio do sistema político.

Tal padrão de conflito dominou ininterruptamente o período, passando pela era peronista (1946-1955), pela revolução libertadora e o regime que findou em junho de 1966, quando se inaugura aquilo que Guillermo O'Donnell definiu como o "autoritarismo burocrático", pela volta dos peronistas com Cámpora em 1973 e o novo golpe, que inaugura o regime do "processo", até sua derrocada pós-Guerra das Malvinas, em 1983.

Apenas num breve período, depois da posse do general Lanusse, no começo dos anos 70, Deltasoppa localiza uma oportunidade de superação da polarização típica da sociedade argentina daqueles anos, afinal desperdiçada pelos principais "setores" políticos. Nas suas palavras, "era a primeira vez que um governo militar negociava diretamente com Perón uma solução planejada, uma saída política para a crise argentina" (p. 305), abrindo a possibilidade de efetiva mudança no padrão de conflito. Mas a volta de Perón não foi vista assim pelas organizações da esquerda peronista, que a interpretaram como o primeiro capítulo do processo de tomada do poder na "luta pela liberação nacional, contra o imperialismo" (p. 306), o que forneceu o pretexto que faltava aos grupos terroristas da direita peronista, como a Triple A, com os trágicos resultados conhecidos.

Para isso, como bem mostra Deltasoppa, contribuiu o próprio Perón, com seu hábito de incentivar a ação das facções peronistas — inclusive as mais radicais, a fim de garantir a manutenção da "ofensiva estratégica" — ao mesmo tempo em

que jogava umas contra as outras. O que o levou a dirigir-se em 1971 aos guerrilheiros citando Mao e o Vietnã, para concluir que "a violência não pode ser vencida senão por uma violência maior" (p. 309). À mesma época Perón recusou-se a desautorizar as ações da guerrilha peronista, conforme lhe solicitava o governo do general Lanusse, como parte das negociações para a realização das eleições presidenciais.⁴

É bastante interessante acompanhar, na análise do autor, o movimento especular de duas concepções totalizantes da sociedade que se refletem ora no discurso de Perón, ora no de seus adversários, ora nos grupos de esquerda, ora nos militares que exterminaram com minúcia e crueldade inéditas o entorno e o núcleo da militância armada. Afinal, foi o próprio Perón quem afirmou que "o peronismo é um movimento que se nutre de absolutos" e que "a ação política é uma luta de vontades", culminando com essa pérola do entendimento político: "[...] com a superioridade política que nós temos, deveríamos ser como uma motoniveladora". Enfim, é de Perón a própria frase que dá nome ao livro: "Ao inimigo, nem justiça".

Como ressalta Deltasoppa, a visão do caudilho sobre a política é, no início, claramente influenciada por uma teoria da guerra. Uma resposta particular a esse discurso foi a Doutrina da Segurança Nacional progressivamente adotada pelas Forças Armadas argentinas entre 1955 e 1962, sob o impacto mais geral da Guerra Fria, bem como a influência da doutrina da *guerre révolutionnaire* francesa na repressão à esquerda armada, entre 1965 e 1975.

3 Por exemplo, A. Etzioni (1968), para o conceito de recursos políticos; K. Boulding (1962), para a teoria do conflito; Schelling (1964), para a teoria dos jogos; Tilly (1977 e 1978) e outros, para a mobilização de recursos.

4 O conflito no interior do peronismo ganhou destaque mundial quando da volta de Perón à Argentina, a 20 de junho de 1973, no massacre de militantes da ala revolucionária juvenil por *gangsters* sindicalistas em frente ao palanque de onde falaria o líder, episódio filmado pelas câmeras de TV. Sobre o aparato paramilitar em torno do palanque, ver páginas 323 e seguintes. Poucos meses antes, o próprio Cámpora teve um revólver apontado para sua cabeça por um guarda-costas do secretário-geral da CGT, José Rucci, por ocasião de uma eleição para o Conselho Superior Peronista (p. 319). Rucci seria assassinado pela esquerda peronista em outubro de 1973.

O livro é, em todos esses aspectos, esclarecedor e sua argumentação é bem construída. No que se refere à arquitetura de sua exposição, no entanto, o leitor talvez se ressinta da reafirmação às vezes excessiva do marco teórico, que gradualmente se concentra nos conceitos de Dobry. Com efeito, parece desnecessário encerrar todo trecho da análise com uma repetitiva retomada de cada ponto do esquema conceitual adotado no livro. O vigor e a vivacidade da própria história analisada correm o risco de se engessar em frases como esta: “Podemos perceber neste momento como a lógica de situação determinada pela objetivação do padrão de conflito está presente novamente na construção das lógicas setoriais específicas, organizadas em torno do *focal point* representado pela segura proscrição do peronismo, da qual só faltava determinar-se a forças específicas.” (p. 246).

Os melhores momentos do livro estão no final. Refiro-me ao brilhante trecho em que o autor analisa o delicado tema do “terrorismo” de esquerda, na seção “Arte militar e arte política: a diferença desprezada” (pp. 330 e ss.), e à seção “A construção social da ‘vida sem valor para vida’”, cujo tema é o processo de exclusão moral e desumanização dos opositores de esquerda, que fundou a aceitação da tortura. Nesta parte Deltasoppa se encarrega de distinguir, com rara sensibilidade, a diferença moral entre a ação militar e a da esquerda, mesmo em meio ao caos da guerra suja: a esquerda não matou nem torturou pessoas depois da prisão, nem foi responsável por desaparecimentos (p. 360, nota 11).

Voltando ao marco teórico, cabe dizer que o conceito dobryniano de “setor”, embora empregado coerentemente por Deltasoppa, revela seus limites ao abranger coisas tão diversas como forças sociais, aparelhos de Estado, instituições governamentais, frações de classe, organizações sindicais e partidos políticos. Outro ponto a ressaltar é que o

texto está aqui e ali pontilhado de espanholismos no vocabulário⁵ e na sintaxe, o que pode constituir algum ruído na compreensão, insuficiente, porém, para retirar a forte recomendação da leitura e estudo dessa obra extremamente útil — e em certos pontos surpreendente — para a compreensão da trágica história política e social de nossa vizinha Argentina.

JOÃO ROBERTO MARTINS FILHO
é professor do Programa de
Pós-Graduação em Ciências Sociais
da Universidade Federal de
São Carlos (UFSCar).

5 Alguns exemplos: “bando”, e não “grupo” (p. 95); “a instâncias do governo”, em vez de “por insistência do governo” (p. 139); “gremialistas”, ao invés de “sindicalistas” (p. 258); “involucrando pantalhas de execução” (?) (p. 259, nota); “por ter dado tiros de graça”, ao invés de “tiros de misericórdia” (p. 314).

Assembléias legislativas e câmaras de vereadores: o papel das instituições subnacionais no entendimento da democracia brasileira

Regis de Castro ANDRADE (org.). *Processo de governo no município e no estado: uma análise a partir de São Paulo*. São Paulo, Editora da Universidade de São Paulo, 1998. 148 páginas.

Celina Souza

Esta coletânea organizada por Regis de Castro Andrade constitui uma importante e pioneira contribuição para os estudos e debates sobre a democracia no Brasil. Embora seu título possa induzir o leitor a acreditar que se trata tão-somente da análise do processo de governo nas esferas subnacionais, o que, por si só, já seria uma grande contribuição, o livro vai muito mais além. Tendo como objeto o processo decisório nas casas legislativas do Estado e do Município de São Paulo, os ensaios nele reunidos contribuem, em primeiro lugar, para preencher uma lacuna da literatura nacional e estrangeira sobre a democracia no Brasil, centrada, em geral, nas instituições nacionais e pouco preocupada com o modo como as instituições representativas subnacionais estão respondendo aos postulados democráticos. Um dos objetivos do livro é, pois, entender melhor o que está acontecendo no mundo político, também real, dos estados e municípios após a redemocratização do país; ou seja, é compreender como suas instituições representativas estão respondendo a esse processo e qual o seu papel no sentido de aumentar ou constranger os postulados democráticos. A premissa subjacente é a de que as instituições assumem papéis e conteúdos diversos conforme estejam integradas à esfera nacional ou às esferas subnacionais, especialmente em países como o Brasil, marcado por profunda heterogeneidade política, social e econômica.

A segunda contribuição valiosa do livro para os estudos sobre a democracia no Brasil é a apresentação de um modelo de análise dos processos decisórios — utilizado com maior ou menor intensidade pelos vários autores —, abrindo uma janela para o estudo do Poder Legislativo de outros estados e municípios. Tal modelo poderia ser adotado também para o estudo de outras unidades da Federação, o que permitiria a realização de estudos comparativos sobre o funcionamento das instituições subnacionais brasileiras. É claro que este é um caminho difícil de perseguir, diante das enormes limitações dos nossos pesquisadores para custear suas pesquisas. Mas é preciso que a necessidade e a urgência de estudos comparativos nessa área sejam por nós perseguidas e cobradas.* Com isto não quero dizer, obviamente, que se deva buscar nas pesquisas comparativas o “Brasil-médio urbano ou regional”, mas sim que devemos ser capazes de entender o funcionamento das nossas instituições subnacionais para além de rótulos simplistas como “moderno” *versus* “arcaico”.

O livro busca enfrentar duas questões clássicas do pensamento político: quem governa e como se governa. A proposta é enfatizar o entendimento da segunda questão, embora ainda saibamos muito pouco sobre quem governa, desconhecimento que impede, por exemplo, uma melhor compreensão dos recentes escândalos envolvendo vereadores paulistanos.

A coletânea está dividida em duas partes. Na primeira o organizador apresenta uma síntese do modelo adotado para analisar o processo decisório do ponto de vista da estratégia dos participantes. Depois de explicar alguns padrões formais e substantivos do processo decisório, Regis de Castro Andrade compara os padrões de decisão adotados nas casas legislativas do Estado e do Município de São Paulo dos pontos de vista da forma, generalidade e instrumentos de negociação utilizados pe-

* Estudantes norte-americanos já estão fazendo pesquisas no Brasil que comparam o funcionamento de várias assembléias legislativas e câmaras de vereadores. Outro norte-americano, Barry Ames (1999), “cobrou” dos pesquisadores brasileiros maior ênfase no entendimento dos processos políticos que ocorrem nos espaços estaduais e locais.

los decisores. Talvez aí coubessem maiores explicações sobre a teoria que emoldura o modelo de análise utilizado, a teoria da escolha racional, em especial uma listagem da bibliografia básica sobre a mesma, o que poderia, inclusive, ampliar o universo de leitores do livro. Deve-se destacar que a análise sobre as opções estratégicas dos parlamentares no processo de decisão é estruturada a partir de dois elementos da situação decisória: a estratégia do governo em relação ao Legislativo e a estratégia de dois agentes externos — a opinião pública e os *lobbies*. Tal opção metodológica sem dúvida aumenta a força explicativa do modelo de análise do processo decisório, em geral focado em apenas um desses elementos.

A segunda parte da coletânea é constituída de quatro artigos. O de Cláudio Gonçalves Couto discute o conceito de governo como função do sistema político e estabelece alguns padrões básicos da interação entre o Executivo e o Legislativo com base na experiência da gestão de Luiza Erundina na Prefeitura de São Paulo. O autor discute com rigor e convincentemente por que o conceito de governo não deve ser tomado como sinônimo de Poder Executivo e por que deve ser tratado como algo distinto das estruturas políticas institucionais.

O artigo de Eliana M. Pralon e Gabriela N. Ferreira analisa as razões de natureza estrutural e conjuntural da proeminência da Câmara de Vereadores no processo decisório do Município de São Paulo. As autoras acompanham as administrações de Luiza Erundina e Paulo Maluf buscando identificar suas especificidades e os reflexos das estratégias por eles escolhidas nas negociações com o Legislativo municipal. A maior ou menor importância do Legislativo no processo decisório, argumentam, seria determinada pela opção estratégica de cada dirigente local.

Os dois artigos seguintes voltam-se para a esfera estadual de atuação. O de Fernando Abrucio examina o papel do Executivo *vis-à-vis* o Legislativo em 14 estados brasileiros, assim como a estratégia dos governadores de diferentes partidos para garantir a submissão dos seus respectivos Legislativos. Este trabalho dá continuidade à tese que vem sendo defendida por Abrucio de que a esfera estadual no Brasil funciona através de um sistema ultrapresiden-

cialista, caracterizado pelo poder exacerbado dos governadores em detrimento das Assembléias Legislativas, o que torna o sistema político estadual carente de mecanismos de *checks and balances*. O autor propõe três razões para a existência desse ultrapresidencialismo estadual brasileiro: (a) as características do sistema partidário; (b) fatores intrínsecos à política estadual, motivadores do poder centralizado na figura do governador na sua circunscrição política e (c) a constituição, após a redemocratização, de um “federalismo estadualista”.

Gostaria de discutir a última explicação. Embora eu concorde plenamente que governadores e prefeitos dos territórios economicamente mais fortes tenham aumentado seu poder após a redemocratização e a promulgação da Constituição de 1988, é possível argumentar que esse fortalecimento torna o Brasil mais “federal”, e não mais “estadual”. Ademais, em lugar de se analisar os diferentes formatos que o federalismo brasileiro assumiu ao longo de sua história como uma dicotomia entre maior ou menor centralização de poder em uma de suas esferas, talvez a nossa trajetória possa ser melhor explicada como um *continuum*. A Constituição de 1988 teria, assim, fortalecido um dos braços desse *continuum* que se encontrava enfraquecido no regime anterior e que foi objeto de ataque de todos os regimes autoritários brasileiros. Apesar da força dos governadores (e prefeitos de várias capitais), o Executivo federal tem conseguido adotar várias medidas que contrariam, em tese, os interesses dos estados, tais como o Fundo de Estabilização Fiscal, a Lei Kandir etc. Assim, o governo federal não tem sido um ator passivo e no *continuum* por onde transita o federalismo brasileiro não haveria espaço para mocinhos e vilões. Haveria, sim, um jogo cujas regras visam manter o instável equilíbrio federativo em um país marcado por grandes desigualdades entre grupos sociais, regiões e elites políticas e econômicas.

O artigo de Valeriano M.F. Costa e Carlos Thadeu C. de Oliveira analisa alguns fatores políticos conjunturais e organizacionais que condicionam a relação entre Executivos e Legislativos estaduais a partir da experiência vivenciada durante a administração de Luiz Antonio Fleury no governo de São Paulo. Os autores expressam sua perplexidade com o fato de São Paulo, ao final do século XX, ter um sistema político com padrões de interação

institucional muito semelhantes aos dos estados mais pobres da Federação. Dentre os vários e questionáveis fatores listados pelos autores como responsáveis por esta situação está o de que o estado “concentra os mais fortes sindicatos e associações empresariais”. No entanto, de acordo com Mancur Olson (1965), um dos principais expoentes da teoria da escolha racional, teoria que é a base do modelo de análise adotado pelos autores e pelo organizador, este seria um dos maiores incentivos ao *rent-seeking*. Paradoxalmente, a análise de Valeriano Costa e Carlos Thadeu de Oliveira confirma mais a tese de Abrucio do ultrapresidencialismo estadual do que a preocupação inicial dos autores com as conseqüências, para o sistema político paulista, de tantas características do “atraso”.

O livro, sem dúvida, merece ser lido e deve ser tomado como um marco para futuras pesquisas sobre as instituições estaduais e locais, não só em São Paulo como em outros estados e municípios brasileiros. Espero que o grupo de pesquisa coordenado por Regis de Castro Andrade no Cedec possa avançar nessa agenda de pesquisa, incorporando outros territórios e novos temas sobre as relações entre Executivo e Legislativo nas esferas subnacionais, inclusive a ainda pouca desvendada questão sobre quem governa nossos estados e municípios.

Referências bibliográficas

- AMES, Barry. (1999), “Approaches to the study of institutions in Latin American politics”. *Latin American Research Review*, 34 (1): 221-236.
- ARRETCHE, Marta Tereza da Silva e RODRIGUEZ, Vicente. (1998), *Descentralização das políticas sociais no Estado de São Paulo*. São Paulo/Brasília, Fundap/FAPESP/IPEA.
- OLSON, Mancur. (1965), *The logic of collective action*. Cambridge, Cambridge University Press.

**CELINA SOUZA é professora do
Departamento de Finanças
e Políticas Públicas e do Núcleo
de Pós-Graduação em Administração
da Universidade Federal da Bahia.**